



diversidade
religiosa
e direitos humanos



diversidade religiosa

e direitos humanos

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender; e, se podem aprender a odiar, podem ser, ensinadas a amar.”

Nelson Mandela



Dilma Rousseff

Presidenta da República Federativa do Brasil

Maria do Rosário Nunes

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Gabriel dos Santos Rocha

Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Marco Antônio Juliatto

Diretor do Departamento de Promoção dos Direitos Humanos

João Alves de Sousa Junior

Coordenador-Geral dos Centros de Referência em Direitos Humanos

Marga Janete Ströher

Assessora da Política da Diversidade Religiosa

© 2013

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Impresso no Brasil

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Tiragem: 3000 exemplares

3ª Edição revista

Distribuição gratuita

Texto da 1ª e da 2ª Edição: Jose Rezende Jr.

Coordenação: Fernando de La Rocque Couto e Daniel Seidel

Consultores: Antônio Olímpio de Sant'Ana, Carlos Alberto Silva, Carlos Moura e Cesar Bastos.

Colaboração: Célia Gonçalves Souza, Elianildo Nascimento, Cesar Fernandes e Roberto Costa Araújo.

Projeto Gráfico e Editoração: Miguel Alves Pinto

Coordenação Editorial da 3ª edição: Marga Janete Ströher

Texto e Revisão da 3ª edição: Leonardo de Oliveira Gonçalves

Colaboração para a 3ª edição: Daniel Sottomaior Pereira, Marina Krieger, Daniella Hiche e Márcia M. Bianchi Prates.

Apoio:

Comissão Ecumênica Nacional de Combate ao Racismo (CENACORA)

Centro Nacional de Africanidade e Resistência (CENARAB)

Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC)

Centro de Referência à Discriminação Religiosa (CRDR)

Iniciativa das Religiões Unidas (URI)

Movimento Inter-religioso do Rio de Janeiro (MIR)

Conselho Nacional de Ensino Religioso (CONER)

Convênio: Centro de Referência em Direitos Humanos do Distrito Federal - Casa dos Direitos União Planetária. Programa - Garantia e Acesso a Direitos (0154) - CONVÊNIO Nº 759490/2011.

Edição: Editora União Planetária

Agradecimentos:

Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)

Apresentação

O Estado brasileiro é laico. O que caracteriza o Estado laico é sua imparcialidade em relação às religiões. A laicidade do Estado não se contrapõe à religião, mas este tem o dever de assegurar a pluralidade religiosa. A laicidade é a garantia de espaços democráticos onde se articulam as diferentes filosofias particulares em todos os âmbitos da esfera pública e a garantia da liberdade de consciência, de crença e de culto. Diz o artigo 5º., inciso VI, da Constituição: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.” A liberdade religiosa é um dos direitos fundamentais da humanidade, como afirma a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual somos signatários.

Estado laico não significa Estado ateu ou intolerante à liberdade religiosa, mas a laicidade do Estado permite que cada pessoa decida se quer ou não seguir alguma crença religiosa. Isso significa que o Estado brasileiro tem o dever de tratar com igualdade as diferentes religiões e crenças e não deve se manifestar por meio de seus órgãos e estabelecer preferências ou privilégios em favor de alguma religião em particular, conforme disposto no Artigo 19 da Constituição Federal. Mas tem o dever de garantir que todas as religiões possam conviver em igualdade, que as escolhas individuais sejam respeitadas, que ninguém seja perseguido ou discriminado por sua crença e que o espaço público seja assegurado como espaço de todos e todas. Uma Constituição laica é justamente a que reconhece o direito de religiosos e não religiosos, de ateus, agnósticos e de entidades filosóficas humanísticas.

A comunidade humana é ricamente composta pela diversidade. E é nessa diversidade que as pessoas tem o direito de viver com dignidade e serem respeitadas em suas singularidades e escolhas e de desfrutar de todas as oportunidades políticas, educacionais, culturais, econômicas e sociais do país. A pluralidade, constituída por várias etnias, culturas, religiões, identidade de gênero, diversidade linguística, se consolida

a partir do pressuposto de que todas as pessoas são consideradas iguais, a partir de seus locais de cultura, cada qual com suas diferenças.

Viver na diversidade requer um aprendizado para a convivência na pluralidade e um exercício permanente de respeito à dignidade e os direitos humanos. Discriminar nossos semelhantes porque estes pensam de forma diferente, tem cultura, religiosidade e convicções diferentes é desprezar seu direito humano de ser o que são.

A liberdade religiosa não dá direito de ninguém se sobrepor sobre as demais religiões como se a própria escolha individual fosse a única verdade religiosa possível e que a escolha das demais pessoas fosse menos importante ou não passível de ser respeitada. O desprezo tem gerado situações de intolerância e violência religiosa.

No Brasil, a intolerância religiosa não produz guerras, nem matanças como em outros países. Entretanto, muitas vezes, o preconceito e a intolerância estão presentes no nosso contexto e se manifestam pela humilhação imposta para com aquele que é “diferente”. Outras vezes, o preconceito se manifesta pela violência. No momento em que alguém é humilhado, discriminado, agredido devido a sua cor ou a sua crença, ele tem seus direitos constitucionais, seus direitos humanos violados.

O Programa Nacional dos Direitos Humanos-3 tem como referência o diálogo entre as pessoas e as diferentes tradições para a construção de uma sociedade pluralista, independente da sua religiosidade, incluindo ateus e não religiosos. Para tanto, prevê ações programáticas com base no reconhecimento e no respeito às diferenças culturais, às diferentes crenças e convicções e à diversidade religiosa, à liberdade de culto, à garantia da laicidade do Estado e à superação da intolerância religiosa.

A presente cartilha, *Diversidade Religiosa e Direitos Humanos* é o resultado de uma diversidade cultural religiosa que, por meio do processo democrático constitucional de laicidade, reconhece o direito de minorias e majorias de modo a possibilitar uma sociedade mais justa e equânime na garantia de seus direitos.

Esta cartilha faz parte de muitas ações de homens e mulheres de diferentes crenças, que, com suas palavras e seus atos, pretendem construir um país, um mundo melhor. Um país e um mundo em que

ninguém sofra ou pratique injustiça contra seu semelhante. Um mundo e um país de todos, cujas desigualdades sociais sejam minimizadas e subtraídas a partir de uma cultura de paz, de diálogo e de respeito mútuos entre todas as pessoas.

Maria do Rosário Nunes

Ministra Chefe de Estado da Secretaria dos Direitos Humanos da
Presidência da República



declaração universal dos direitos humanos

Art. XVIII

Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

O Sagrado de muitas religiões e o princípio filosófico humanista não religioso pressupõe que vivamos em paz, de modo fraterno, sem agressões, preconceitos ou discriminações. Este processo só pode ser estabelecido a partir de uma modernidade que se expressa na doutrina filosófica laica que tem como princípio o respeito entre as diferentes culturas religiosas ou não religiosas e o exercício constitucional e democrático do Estado brasileiro.

Neste sentido, faz-se necessário valorizarmos o ser humano à luz da fraternidade que potencializa as relações de convívio em diferentes culturas, com plena configuração da cidadania entre os seres humanos, pois, por princípio, a vida é o elemento principal de busca e de satisfação social.

Quantos de nós não sonhamos com uma sociedade na qual a igualdade de direitos nos possibilite conviver em paz entre diferentes culturas, respeitando não apenas o que é diferente de nossas culturas, mas também as culturas minoritárias?

O desafio não reside em satisfazer a vontade de uma maioria sobre uma minoria, mas o respeito que estabelecemos em nosso dia-a-dia a partir do diálogo com o próximo, com o outro e a outra, aquele(a) que me olha, me percebe e me questiona a partir de seu local de cultura.

Os locais de cultura são fronteiras de indivíduos que se estabelecem simultaneamente a partir das individualidades

*O Supremo Senhor
do universo, que tem
diferentes nomes em
diferentes culturas, ama a
todos. Dele emana toda a
liberdade de pensamento,
religião ou de consciência.*

Igreja Metodista

assumidas, bem como da legitimação e da representação de seus grupos próximos, juntamente com seus códigos, suas línguas e costumes.

É, portanto, no convívio desta diversidade cultural, presente em nosso planeta Terra que caminhamos em direção a um diálogo de interculturalidade

religiosa, esta entendida, como uma atividade que se vive e se estabelece não como mera transmissão de missão, mas como encontros de uma diversidade que se manifesta no espaço público ou em qualquer espaço. Neste sentido, possibilitará não somente o respeito aos diferentes sagrados, mas sua capacidade de potencializar sentimentos de fé em uma atmosfera de cultura não uniforme. A aproximação de diversidades potencializa espaços de acolhida, encontros com a outra e o outro em sua alteridade, com o olhar da outra e do outro, sensibilizado ao diferente de mim, que fala a partir de sua singularidade, em sua especificidade de local de cultura.

Em cada individuo, em cada povo, em cada cultura, em cada credo, existe algo que e relevante para os demais, por mais diferentes que sejam entre si. Enquanto cada grupo pretender ser o dono exclusivo da verdade, o ideal da fraternidade universal permanecerá inatingível.

Judaísmo

Contudo, ainda precisamos aprender a viver na diversidade. Discriminamos nossos semelhantes porque estes pensam de forma diferente, fazem suas preces de maneira diferente, chamam a divindade de um nome diferente, ou não tem algum vínculo religioso. Discriminamos, ofendemos, praticamos atos de violência contra nosso semelhante, porque não sabemos conviver com a diversidade e respeitar as diferenças. A diversidade é parte da realidade humana, pois somos indivíduos e grupos diferentes entre si. Neste processo, temos os mesmos direitos e deveres, e o respeito mútuo é pressuposto para a boa convivência em uma sociedade democrática. Este é um grande desafio para este milênio que mal começou.

A intolerância religiosa é um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas, discriminatórias e de desrespeito às diferentes crenças e práticas religiosas ou a quem não segue uma religião. Sendo como um crime de ódio que fere a liberdade, a dignidade

O amor é uma das principais características da Deidade, e devem manifestá-lo aqueles que aspiram a ser filhos de Deus.

*Joseph Smith
Igreja de Jesus Cristo dos Santos
dos Últimos Dias*

humana e a própria democracia, a intolerância religiosa costuma ser caracterizada pela ofensa, discriminação, perseguição, ataques, desqualificação e destruição de locais e símbolos sagrados, roupas e objetos ritualísticos, imagens, divindades, hábitos e práticas religiosas. Em casos extremos, há atos de violência física e que atentam à vida de um determinado grupo

que tem em comum determinada crença. A intolerância religiosa, com frequência está vinculada ao racismo, sendo um desrespeito aos Direitos Humanos. E é crime, previsto no Código Penal Brasileiro.

Em agosto de 2000, atendendo ao chamado da Organização das Nações Unidas (ONU), centenas de representantes das diferentes religiões do planeta entenderam que a chegada do novo milênio era uma boa oportunidade, mais uma, para nos amarmos como seres humanos. E de darmos as mãos pela Paz na Terra.

Reunidos em Nova York, no Encontro de Cúpula Mundial de Líderes Religiosos e Espirituais pela Paz Mundial, lideranças evangélicas, católicas, budistas, judaicas, islâmicas, espíritas, hinduístas, taoistas, bahá'ís, esotéricas e de tantas outras religiões antigas e modernas firmaram um compromisso: O Compromisso com a Paz Global.

O documento começa com uma série de considerações, sobre as quais vale a pena refletirmos:

- as religiões tem contribuído para a Paz no mundo, mas também tem sido usadas para criar divisão e alimentar hostilidades;

- o nosso mundo está assolado pela violência, guerra e destruição, por vezes perpetradas em nome da religião;
- não haverá Paz verdadeira até que todos os grupos e comunidades reconheçam a diversidade de culturas e religiões da família humana, dentro de um espírito de respeito mútuo e compreensão.

A partir dessas considerações, os líderes religiosos e espirituais do mundo inteiro se comprometeram, entre outras medidas, a:

- condenar toda violência cometida em nome da religião, buscando remover as raízes da violência;
- apelar à todas as comunidades religiosas e aos grupos étnicos e nacionais a respeitarem o direito à liberdade religiosa, procurando a reconciliação, e a se engajarem no perdão e no auxílio mútuos;
- despertar em todos os indivíduos e comunidades o senso de responsabilidade, compartilhada entre todos, pelo bem-estar da família humana como um todo, e o reconhecimento de que todos os seres humanos, independentemente de religião, raça, sexo e origem étnica, tem o direito à educação, à saúde e à oportunidade de obter uma subsistência segura e sustentável.

O Compromisso com a Paz Global não é, portanto, apenas dos líderes religiosos como sacerdotes e sacerdotisas, ialorixás, babalorixás, pajés, pastoras, pastores, padres, rabinos, irmãs, monges, mestres,

A beleza do nosso país reside justamente na diversidade cultural e religiosa de seu povo. (...) Temos que quebrar as barreiras que nos impedem de dialogar com aqueles e aquelas que pensam e que agem de forma diferente, mas que tem o mesmo objetivo: a valorização da VIDA!

Igreja Presbiteriana Independente do Brasil

*Se eles se inclinam a Paz,
inclina-te tu também a ela
e encomenda-te a Deus...*

Maomé

entre outros. Ele é de todos nós. O compromisso pela Paz não diz respeito somente aos grandes conflitos religiosos, às guerras, às matanças em geral e à violência que ocorrem em várias partes do mundo, e que são, muitas vezes, agravados pela discriminação étnica e cultural.

O compromisso pela Paz tampouco diz respeito apenas às tragédias de um passado antigo: o sangue derramado por cristãos e muçulmanos durante as Cruzadas; os negros escravizados, torturados e assassinados no Brasil Colonial, sob a falsa acusação, também feita aos índios, de que não possuíam alma; os seguidores da Fé Bahá'í trucidados na antiga Pérsia (atual Irã); os judeus mortos ou convertidos pela força durante a Inquisição; as mulheres queimadas vivas, acusadas de "bruxaria", simplesmente por cultuarem as forças da natureza consideradas sagradas; os índios, dizimados, escravizados e catequizados, sem que o catequizador entendesse e respeitasse a sua religiosidade diferente.

A intolerância religiosa não está distante de nós, no tempo e no espaço. Não podemos simplesmente fechar os olhos e nos eximir da responsabilidade pela intolerância que acontece e a de construir um País onde haja respeito às diferenças. Nosso compromisso com a Paz na Terra começa no nosso dia-dia. Dentro de nossa própria casa. Ao nosso redor. No relacionamento com nosso próximo. No nosso local de trabalho. Na maneira como respeitamos ou deixamos de respeitar aquele nosso semelhante que, nasceu com a capacidade e o direito de pensar livremente. E, portanto, de pensar diferente.

*Toda crença é respeitável,
quando sincera e
conducente à prática do
bem.*

Allan Kardec

Quantos de nós já não sofremos

algum tipo de preconceito simplesmente por professar ou não uma fé? O preconceito existe, ele vive à espreita, ele se manifesta, às vezes pela humilhação, às vezes pela violência contra qualquer um de nós. Por isso, é tão necessário seguirmos a Regra de Ouro da fraternidade, comum a quase todas as religiões: Não façamos ao outro o que não queremos que seja feito a nós mesmos.

Nosso compromisso com a Paz na Terra diz respeito a amar ou não amar nosso próximo. A análise prática, de como nos comportamos diante do outro e da outra, no momento da diferença de ideais ou filosofias. E amar nosso próximo, ainda que ele pense diferente de nós, significa antes de tudo respeitá-lo, e trabalhar para que esse nosso próximo tenha garantido seus direitos à saúde, à educação, ao trabalho, à liberdade de ir e vir, e de pensar, e todos os direitos fundamentais garantidos constitucionalmente.

Enfim, nosso compromisso com a Paz na Terra significa zelar para que todos tenham direito à vida digna!

*Compreendo Religião
como Solidariedade,
respeito à Vida,
iluminação do Espírito,
que todos somos.
Só posso entendê-la
como algo dinâmico,
vivo, pragmático,
altruisticamente
realizador, que abre
caminhos de luz nas almas
e que, por essa razão, deve
estar na vanguarda ética.
Não a entenderia, se não
atuasse também de modo
sensato na transformação
das realidades tristes que
ainda atormentam os
povos.*

*Paiva Netto
Religião de Deus*



constituição brasileira

Art. 5º, inciso VI

É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias.

A meta última da religião é o amor. Todas as religiões e crenças são consequentemente válidas, e sua aceitação tem de ser baseada na liberdade e numa opção consciente e espontânea. De outra forma, a religião não teria como meta o amor.

Hinduísmo

Por que temos religião? Ou, simplificando: Temos religião porque assim decidimos, porque está entre os nossos direitos humanos ter ou não ter religião, e não cabe às pessoas, nem aos governos exigirem que tenhamos esta ou aquela, ou que não tenhamos religião alguma.

Este é um assunto da intimidade de cada pessoa, entre sua consciência, entre o espírito e a divindade de cada ser humano. O que cabe a cada pessoa é saber

respeitar os outros seres humanos e as suas escolhas individuais, inclusive de não seguir religião alguma. E cabe aos governos garantir a liberdade de escolha das cidadãs e cidadãos.

A liberdade religiosa é tão importante que está entre os direitos fundamentais do ser humano, merecendo referência específica tanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Artigo XVIII), de 1948, quanto na Constituição Brasileira (Artigo 5º, inciso VI), promulgada em 1988.

No mundo inteiro os líderes espirituais e religiosos se reúnem para firmar um compromisso pela Paz, como fizeram no ano 2000, em Nova York. O primeiro evento inter-religioso oficial aconteceu ainda no século XIX, em 1893, em Chicago, com a participação de líderes de apenas 16 religiões. Em 2004, em Barcelona, já eram centenas as religiões presentes ao encontro promovido pelo Parlamento das Religiões do Mundo. Além do Parlamento, também a Iniciativa das Religiões Unidas (URI) se dedica ao diálogo inter-religioso no mundo, aos Direitos Humanos e à cultura da Paz, reunindo 88 tradições espirituais.

No Brasil, a liberdade religiosa é fundamental, mas também desrespeitada tanto que há homens e mulheres de boa vontade

de diferentes crenças trabalhando juntos para a superação da intolerância religiosa e o respeito às diversidades. Ou em tantos outros movimentos que reúnem católicos, evangélicos, representantes indígenas e das religiões afro-brasileiras, muçulmanos, judeus, taoistas, espiritualistas, budistas, hinduístas, xintoístas, esotéricos. Todos unidos por uma causa justa: combater a discriminação e lutar por melhores condições de vida para todas as pessoas.

Percebemos a necessidade de se buscar, o diálogo inter-religioso, a valorização do ser humano como sujeito de sua própria história e de suas escolhas, independente de pertença religiosa.

É fundamental que o diálogo entre as religiões em defesa dos Direitos Humanos, no Brasil e no mundo seja sempre ampliado. Porque no exato momento em que você lê esta cartilha, há um ser humano sofrendo algum tipo de discriminação, perseguição ou até mesmo violência física, no Brasil e no mundo, numa pequena cidade do interior, numa aldeia ou numa metrópole pelo simples fato de pensar e agir de acordo com sua crença.

*Ter liberdade de religião,
de pensamento é um
dos pressupostos básicos
(...). Como luteranos,
entendemos os malefícios
da discriminação,
tendo em vista que
Martinho Lutero, que
iniciou a Reforma da
igreja na Alemanha, foi
severamente discriminado
devido as suas convicções.*

*Igreja Evangélica Luterana do
Brasil*

programa nacional dos direitos humanos

PNDH-3

Eixo Orientador III

*Universalizar Direitos em um
Contexto de Desigualdades*

Diretriz 10

*Garantia da igualdade na
diversidade*

Objetivo Estratégico VI

*Respeito às diferentes crenças,
liberdade de culto e garantia da
laicidade do Estado.*

*O sol que veio à Terra
para todos iluminar, não
tem bonito e nem feio; ele
ilumina todos iguais.*

Santo Daimé

No Brasil, a desproporção entre cristãos (maioria da população brasileira) e seguidores de religiões tidas como “minoritárias”, além das pessoas sem religião e ateus, é tão grande que a proposta 110 do Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-2), implantado em 1996, previa a necessidade de “prevenir e combater a intolerância religiosa, inclusive no que diz respeito às religiões minoritárias e aos cultos afro-brasileiros”.

E o PNDH-3, de 2009, preocupado com a intolerância religiosa, a discriminação e o racismo em relação às religiões de matriz africana, visa em seu Objetivo Estratégico VI/d, “estabelecer o ensino da diversidade das religiões, inclusive as derivadas de matriz africana na rede pública de ensino, com ênfase no reconhecimento das diferenças culturais, promoção da tolerância e na afirmação da laicidade do Estado.”

Além de nosso ordenamento jurídico, o respeito pelas minorias é, também, uma questão de bom senso. Até porque quem é maioria aqui pode virar a minoria logo ali na outra esquina. Maioria no Brasil, os cristãos são minoria em países como a Indonésia, por exemplo. Mais uma vez, a Regra de Ouro da fraternidade: não façamos ao outro e à outra o que não queremos que seja feito a nós mesmos.

Preocupada com os constantes conflitos religiosos no mundo, a Organização das Nações Unidas

*É sagrada a liberdade
de pensamento, de
consciência e de religião. É
sagrado o direito de entrar
neste ou naquele templo,
neste ou naquele terreiro,
nesta ou naquela tenda.*

*É o sagrado direito de
adorar e deixar adorar. É
o direito humano e divino
de pensar e deixar pensar,
de dizer e de ouvir.*

*Comissão Ecumênica Nacional
de Combate ao Racismo
(CENACORA)*

(ONU) proclamou, em 1981, a Declaração sobre a Eliminação de todas as Formas de Intolerância e Discriminação fundadas na Religião ou Convicções.

“Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Este direito inclui a liberdade de ter uma religião ou qualquer convicção à sua escolha, assim como a liberdade de manifestar sua religião ou suas convicções, individual ou coletivamente, tanto em público quanto em privado, mediante o culto, a observância, a prática e o ensino”, diz o primeiro artigo dessa Declaração da ONU, para, mais adiante, advertir:

“A discriminação entre seres humanos por motivos de religião ou de convicções constitui uma ofensa à dignidade humana e deve ser condenada como uma violação dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais, proclamados na Declaração Universal dos Direitos Humanos [...] e um obstáculo para as relações amistosas e pacíficas entre as nações.”

No Brasil, o Artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que trata do ensino religioso nas escolas públicas, também previsto no texto da Constituição de 1988, Artigo 210, determina que o ensino religioso deverá assegurar “o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo”. Ou seja: é um dever constitucional respeitar a liberdade religiosa da aluna e do aluno e não é permitido tentar convertê-lo para esta ou aquela religião. Até porque no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Art. 15 e 16, lhes é garantida, entre outros direitos e liberdades, a liberdade religiosa:

Nenhum segmento religioso pode coagir alguém pela força ou ameaça a aceitar ou mudar de crença religiosa. (...) Todos os segmentos religiosos devem promover uma cultura de Paz e ordem, trazendo benefícios a população em geral, especialmente aos menos favorecidos.

Igreja Pentecostal O Brasil para Cristo

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Não terás nenhum pensamento de ódio contra teu irmão.

Judaísmo

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

III – crença e culto religioso.

O Código Penal Brasileiro, por sua vez, considera crime (punível com multa e detenção) zombar publicamente de alguém por motivo de crença religiosa, impedir ou perturbar cerimônia ou culto, e ofender publicamente imagens e outros objetos de culto religioso. E a Lei 7.716/1989 (atualizada pela Lei 9.459/97) dispõe que serão punidos os crimes de discriminação de pessoas com base na cor, etnia, religião, como a discriminação de mulheres, de pessoas com deficiência e a xenofobia de fundamentação religiosa. Contudo, a intolerância está aí, a desafiar todas as leis.

As religiões afro-brasileiras são as principais vítimas dessa intolerância. Terreiros de umbanda e de candomblé são os locais de culto das religiões de matriz africana. São, portanto, tão sagrados quanta qualquer outro templo, de qualquer religião. E, no entanto, esses terreiros têm sofrido constantes

Cada ser humano possui o direito de escolher a sua própria maneira de servir o sagrado e deve fazê-lo sem perseguições e/ou discriminações, com liberdade.

Encantaria Cigana

ataques em diversos pontos do Brasil. Objetos de cultos são destruídos, seguidores de umbanda e candomblé chamados de “adoradores do diabo” e suas celebrações e festas religiosas interrompidas, de forma desrespeitosa, por pessoas de outras religiões.

Para os seguidores da umbanda

e do candomblé, é bom repetir, o terreiro é um templo sagrado. Ninguém, de nenhuma religião, gostaria que tal violência fosse cometida contra seu próprio templo. Quem discrimina assim o seu semelhante comete, além de intolerância religiosa, outro crime chamado racismo.

Quando foram arrancados de sua terra natal onde viviam livres, jogados em navios negreiros e escravizados no Brasil, mulheres e homens africanos perderam quase tudo. Mas resistiram, mantendo sua religião, sua fé em Olorum e em outras divindades. Perderam quase tudo, mas não suas raízes, firmemente fincadas na ancestralidade. Além de território sagrado, os terreiros de umbanda e candomblé são, portanto, locais de resistência e preservação cultural, guardiães da memória de um povo. Mas, para aqueles que discriminam e desrespeitam uma religiosidade simplesmente por ser diferente da sua, parece difícil entender essa verdade.

Outras religiões também não são respeitadas e sofrem discriminação, como a religião Indígena, a Cigana, a Wicca, a Fé Bahá'í, o Espiritismo, o Santo Daime, o Xamanismo, o Hare Krishna, entre tantas outras, e, inclusive, pessoas que optaram em não ter uma religião, como as agnósticas e ateias, mas que tem as suas convicções filosóficas e a sua verdade.

A propósito, conta uma tradição oral de matriz africana que no princípio havia uma única verdade no mundo. Entre o Orun (mundo invisível, espiritual) e o Aiyê (mundo natural) existia um grande espelho. Assim, tudo que estava no Orun se materializava e se mostrava no Aiyê. Ou seja, tudo que estava no mundo espiritual se refletia exatamente no mundo material. Ninguém tinha a menor dúvida em considerar todos os acontecimentos

Se você critica a fé dos demais, sua devoção é falsa. Se você fosse sincero, apreciaria a sinceridade dos outros. Você vê erros nos outros porque você mesmo os tem, não os outros.

Sathya Sai Baba

como verdades. E todo cuidado era pouco para não se quebrar o espelho da Verdade, que ficava bem perto do Orun e bem perto do Aiyê.

Neste tempo, vivia no Aiyê uma jovem chamava Mahura, que trabalhava muito, ajudando sua mãe. Ela passava dias inteiros a pilar inhome. Um dia, inadvertidamente, perdendo o controle do movimento ritmado que repetia sem parar, a mão do pilão tocou forte no espelho, que se espatifou pelo mundo. Mahura correu desesperada para se desculpar com Olorum (o Deus Supremo).

Qual não foi a surpresa da jovem quando encontrou Olorum calmamente deitado a sombra de um iroko (planta sagrada, guardiã dos terreiros). Olorum ouviu as desculpas de Mahura com toda a atenção, e declarou que, devido à quebra do espelho, a partir daquele dia não existiria mais uma verdade única.

E concluiu Olorum: “De hoje em diante, quem encontrar um pedaço de espelho em qualquer parte do mundo já pode saber que esta encontrando apenas uma parte da verdade, porque o espelho espelha sempre a imagem do lugar onde ele se encontra”.

Jesus Cristo disse: “Porque faz que o Seu sol se levante sobre os bons e os maus, e a chuva desça sobre os justos e os injustos”. Jesus deixou claro que todos somos participantes das mesmas oportunidades da vida e da graça da criação de Deus, independente de qualquer convicção.

Ministério Sara Nossa Terra

Portanto, podemos concluir que somos todos iguais, apesar de nossas diferenças. E que a Verdade não pertence a ninguém. Há um pedacinho dela em cada lugar, em cada crença, em cada convicção, religiosa ou não, dentro de cada qual de nós.

Assim, a verdade deixa de ser representada a partir de um local de cultura que se expressa e manifesta por meio de suas tradições e passa a

se processar por meio de uma interculturalidade que possibilita respeito e diálogo entre diferentes culturas religiosas, potencializando o respeito entre homens e mulheres, entre personalidades sociais diferentes que almejam um único querer: VIVER EM PAZ.

A maior necessidade do mundo é a de homens, homens que não se comprem nem se vendam; homens que no íntimo da alma sejam verdadeiros e honestos; homens que não temam chamar o pecado pelo seu nome exato; homens cuja consciência seja tão fiel ao dever como a bússola o é ao polo; homens que permaneçam firmes pelo que é reto, ainda que caiam os céus. Mas um caráter tal não é obra do acaso.

*Ellen G. White
Igreja Adventista do Sétimo Dia*

programa nacional dos direitos humanos

PNDH-3

Eixo Orientador III

*Universalizar Direitos em um
Contexto de Desigualdades*

Diretriz 10

*Garantia da igualdade na
diversidade*

Objetivo Estratégico VI

*Respeito às diferentes crenças,
liberdade de culto e garantia da
laicidade do Estado.*

*Existem muitos povos,
de muitas etnias, falando
várias línguas. Mas, para
eles, só existe um sol, uma
lua e uma mãe terra.*

*Somos parte um do outro,
pela vontade do Grande*

Espirito.

Cosmovisão indígena

Ação Programática

Instituir mecanismos que assegurem o livre exercício das diversas práticas religiosas, assegurando a proteção do seu espaço físico e coibindo manifestações de intolerância religiosa.

No momento em que o grupo de trabalho encerrava, em Brasília, a produção da primeira

edição desta cartilha sobre Diversidade Religiosa e Direitos Humanos, a capital do Brasil assistia a mais um ato explícito de intolerância religiosa. Cerca de 3 mil católicos participavam de uma celebração na Catedral Militar Rainha da Paz, em Brasília, quando um homem subiu no altar, ergueu e jogou no chão a imagem de Nossa Senhora da Paz, quebrando-a em pedaços. O homem acreditava que seu gesto era bom, porque combatia o pecado da idolatria. “É o dia mais feliz da minha vida. Deus esta contente porque eu quebrei a imagem!”, disse ele, depois de ser preso.

O acontecimento foi amplamente noticiado pelo jornal, rádio e televisão. E fez lembrar fato semelhante, ocorrido há alguns anos. No dia 12 de outubro de 1995, diante das câmeras de um programa de televisão, um pastor chutou a imagem de Nossa Senhora da Aparecida, para mostrar que a santa de devoção de milhões de brasileiros não passava de um “falso ídolo”, de uma “boneca de barro”. O pastor, cuja atitude foi reprovada até pelos outros pastores e pela maioria do povo evangélico, acabou condenado a dezesseis anos e dois meses de prisão, pelos crimes de discriminação religiosa e vilipêndio (ofensa) de imagem e ou religião que sejam objeto de culto religioso. E o episódio também mereceu grande cobertura da imprensa.

O trabalho de produção da primeira edição desta cartilha

demorou, ao todo, um ano e cinco meses. E ainda soma-se a este tempo as edições que se sucederam. Neste meio tempo, quantos terreiros de umbanda e candomblé terão sido invadidos? Quantos rituais de praticantes da Wicca, que celebram a divindade da natureza, terão sido desrespeitados? Quantos índios ainda são forçados a adotar uma religião imposta 500 anos depois da colonização, pois não somos capazes de entender que a espiritualidade indígena, assim como a dos ciganos, tem características

próprias e precisa ser respeitada em sua diversidade? Quantos ciganos terão sido perseguidos e agredidos por causa de sua etnia e de sua religião, mesmo motivo que os condenou ao quase extermínio na Segunda Guerra Mundial, juntamente com os judeus e outras vítimas da intolerância?

Quantos seres humanos terão sofrido algum tipo de violência, cometida por alguém que acredita que está agradando a sua divindade de fé, retendo a própria intolerância? Muitos, com certeza. E sem que o Brasil ficasse sabendo, porque tais acontecimentos quase não são noticiados pelo jornal, rádio ou televisão.

A imprensa está coberta de razão quando dá o merecido destaque às violências praticadas contra os católicos. A imprensa é omissa, quando não dá o mesmo merecido destaque às violências praticadas diariamente contra as demais religiões ou contra as pessoas ateias.

Em 2008, um grupo de evangélicos invadiu um centro espírita no

Não pode haver dúvida alguma de que os povos do mundo, de qualquer etnia derivam sua inspiração de uma só Fonte Celestial e são súditos de um só Deus. A diferença entre os preceitos sob os quais vivem deve ser atribuída aos vários requisitos e exigências da época em que foram revelados.

Bahá'u'lláh

Todo ser humano tem direito à liberdade de pesquisa da verdade e, dentro dos limites da ordem moral e do bem comum, a liberdade na manifestação e difusão do pensamento...

Pertence igualmente aos direitos da pessoa a liberdade de prestar culto a Deus, de acordo com os retos ditames da própria consciência.

*Encíclica Pacem in Terris
Igreja Católica Apostólica Romana*

Catete, no Rio de Janeiro. Edmar Castelo Branco, a responsável pelo centro, relata que as provocações começaram na fila por um grupo de em torno de 60 pessoas, que, empurraram a porta e entraram xingando e quebrando todos os santos do centro.

Em 2013, um caso de intolerância religiosa terminou com uma pessoa morta e outras três feridas no município de Caruaru, no Agreste de Pernambuco. Vicente Henrique de Andrade, de 50 anos, não aceitava que a família (esposa e filhos), se tornassem evangélicos. Por

causa disto, iniciou uma discussão com o filho adolescente de 16 anos, perseguindo-o com uma arma de fogo. O jovem se abrigou na igreja evangélica onde outros dois irmãos assistiam a um culto. Ao tentar atingir o filho adolescente, o homem efetuou vários disparos dentro do templo religioso que atingiram quatro pessoas, levando à morte Josefa Bezerra da Silva, de 35 anos.

No ano 2000, em Salvador, um ato de intolerância religiosa ocasionou a morte da líder de matriz africana Mãe Gilda, do terreiro Axé Abassá de Ogum, que foi vítima de um infarto após ver sua foto publicada em um jornal de grande circulação acompanhada de um texto depreciativo de sua pessoa e sua religiosidade. Semanas antes, o terreiro de Mãe Gilda já tinha sido invadido por evangélicos. A Igreja Universal do Reino de Deus, responsável pela publicação da Folha Universal, foi condenada a indenizar a família da ialorixá. Este episódio marcou o dia 21 de janeiro, que passou a fazer parte do Calendário Cívico da União para efeitos de comemoração oficial como o Dia Nacional

de Combate à Intolerância Religiosa (Lei nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007, da Presidência da República).

No contexto cultural e religioso brasileiro, esta data é importante para estimular a sociedade para o diálogo e a convivência entre as religiosidades do país numa perspectiva de respeito e aceitação mútua e para a construção de mecanismos para a proteção das religiões e do direito de ter ou não uma religião como parte da liberdade religiosa.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República recebe, no Disque Direitos Humanos (100), muitas denúncias de intolerância e violência religiosa de diversas partes do Brasil. Estas se caracterizam desde ofensas pessoais e contra a religiosidade, discriminação, agressão física, ataques e destruição a locais sagrados. E há também o preconceito e a intolerância religiosa contra as pessoas sem religião, agnósticas ou ateias.

Mas também é possível ver possibilidades de convivência respeitosa entre as religiões. Um exemplo de uma boa notícia é que bem perto da capital do Brasil, numa vila de pouco mais de mil moradores chamada Área Alfa, católicos e evangélicos dividem o mesmo templo. No princípio, a Capela Sagrado Coração de Jesus e Maria era só dos católicos. Os evangélicos faziam seus cultos numa pequena casa desocupada, mas tiveram que abandoná-la. Ficaram sem templo. Mas por pouco tempo.

Logo, a fé dos evangélicos acabou acolhida pela capela dos católicos. Há três anos, todo domingo é assim: primeiro vem

Prevenir a intolerância é assumir que nenhuma verdade é única. E reconhecer que o outro tem livre arbítrio (...). Esse reconhecimento pressupõe garantir-lhe o direito de pensar, de crer, de amar, de doar, de rezar, de ser gente religiosa. Gente que exercita a missão sagrada de reconhecer no outro a imagem e semelhança de Deus, Olorum ou Javé.

Religiões Afro-brasileiras

Em verdade, jamais se destrói o ódio pelo ódio. O ódio só é destruído pelo Amor. Este é um preceito eterno.

Buda

a missa, e os católicos rezam; terminada a missa, é a hora do culto, e os evangélicos oram, no mesmo lugar onde antes se celebrara a missa.

Mas e as imagens dos santos católicos, que tantas manifestações de intolerância têm causado? Ah, os evangélicos recolhem cuidadosamente as imagens do Sagrado Coração de Jesus, Imaculada Conceição de Maria, Nossa Senhora de Fátima e Nossa Senhora do Rosário, guardam com todo cuidado num quatinho, e começam o culto. Os católicos dizem que compartilhar o mesmo teto com os evangélicos é um bom fruto do diálogo religioso, e que todos são cristãos, e que o templo é de todos. Os evangélicos agradecem e contam: quando os católicos têm problemas, pedem aos evangélicos que orem por eles; e os católicos retribuem, rezando pelos evangélicos.

Em Pancas, no Espírito Santo, católicos e luteranos se uniram para construir, com as próprias mãos, um mesmo teto para suas crenças. No Rio de Janeiro, seguidores das religiões de matriz africana e grupos católicos desenvolvem, em conjunto, ações sociais na área da saúde.

Em São Paulo, representantes indígenas e das religiões de matriz africana, zen-budistas, judeus, muçulmanos, metodistas, católicos, luteranos, presbiterianos e espiritualistas, entre outros, se mobilizam em iniciativas como a Campanha em defesa da liberdade de crença e contra a intolerância religiosa, como objetivo de incluir o tema na agenda brasileira dos Direitos Humanos.

Eu sou ateia, e é tudo. Eu creio que não há nada que sabemos, exceto que devemos ser gentis uns com os outros e fazer o que pudermos pelas pessoas.

Katharine Hepburn

*O Segredo da felicidade
consiste em fazer o próximo
Feliz, pois a Divina
recompensa que disto
provém será a verdadeira
felicidade, criar a própria
felicidade com sacrifício
alheio é criar infelicidade
para si mesmo.*

*Meishu-Sama
Igreja Messiânica Mundial*

Em Brasília, existe o Templo da Boa Vontade, conhecido como Templo da Paz, erguido à humanidade, indiferente de crenças ou descrenças. Neste espaço as pessoas entram e professam sua fé, falam com suas divindades, ou mesmo permanecem ficam em silêncio ou meditação. Esta a instituição, a partir de uma cultura de paz, promove várias campanhas que dignificam a vida e a luta pela valorização do ser humano

como um ser completo e digno.

Pelo Brasil afora, diferentes igrejas cristãs, reunidas em entidades como o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), lutam juntas pelos Direitos Humanos, como nas Campanhas da Fraternidade Ecumênica.

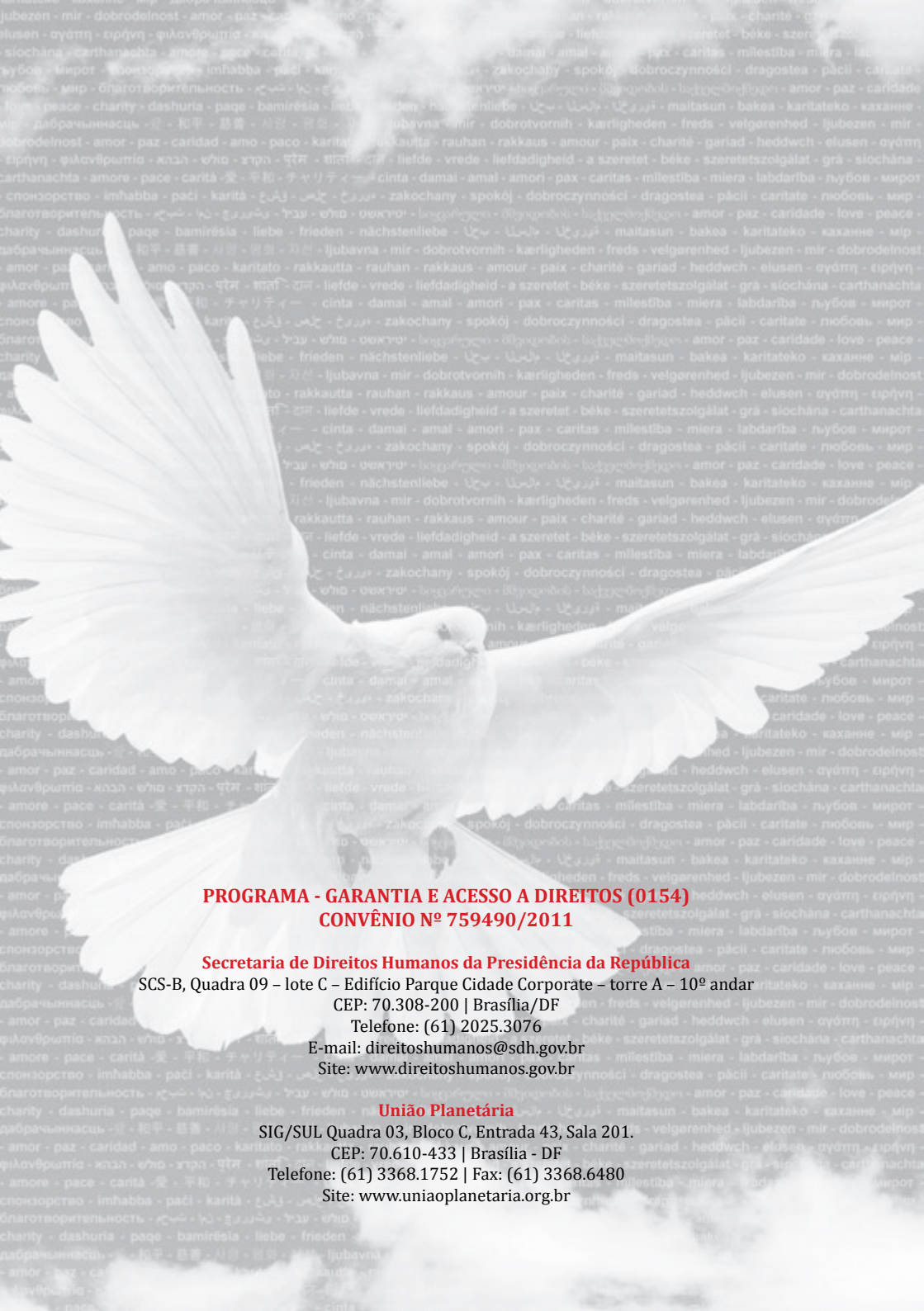
Experiências como essas, e tantas outras, de convivência e respeito mútuo entre religiões diferentes, refletem a pluralidade e a diversidade do Brasil e dos brasileiros.

Neste sentido, lembramos uma recomendação do PNDH-2: “Incentivar o diálogo entre movimentos religiosos sob o prisma da construção de uma sociedade pluralista, com base no reconhecimento e no respeito às diferenças de crença e culto.”

Pois é para isto que a Humanidade existe, para que sejamos unidos para viver em paz e em convivência respeitosa, independente de ter ou não ter religião.

*A natureza é racional e
revelará seus segredos
àqueles que aprenderem
a ler e a entender sua
linguagem.*

*George-Louis Leclerc Conde de
Buffon
Agnosticismo*



**PROGRAMA - GARANTIA E ACESSO A DIREITOS (0154)
CONVÊNIO Nº 759490/2011**

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

SCS-B, Quadra 09 – lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – torre A – 10º andar

CEP: 70.308-200 | Brasília/DF

Telefone: (61) 2025.3076

E-mail: direitoshumanos@sdh.gov.br

Site: www.direitoshumanos.gov.br

União Planetária

SIG/SUL Quadra 03, Bloco C, Entrada 43, Sala 201.

CEP: 70.610-433 | Brasília - DF

Telefone: (61) 3368.1752 | Fax: (61) 3368.6480

Site: www.uniaoplanetaria.org.br



0800 648 6067

www.uniaoplanetaria.org.br/direitoshumanos

Galeria do Hotel Nacional
SHS Quadra 01, Bloco A, Lojas 62/63. Brasília/DF
Telefones: 3223-4099 | 3224-5048

Apoio



Realização



Secretaria de
Direitos Humanos

